



DE VIOLLET-LE-DUC À CARTA DE VENEZA
TEORIA E PRÁTICA DO RESTAURO NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

DE VIOLLET-LE-DUC A LA CARTA DE VENECIA
TEORÍA Y PRÁCTICA DE LA RESTAURACIÓN EN EL ESPACIO IBEROAMERICANO

ARTIS
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO DE ARQUITECTURA
E HISTÓRIA DA ARQUITECTURA

LNEC
LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL

CONGRESSO LISBOA | LNEC 20-21 NOVEMBRO 2014

Do problema do valor cultural às operações de patrimonialização

Marluci Menezes

Doutora em Antropologia, Investigadora, Laboratório Nacional de Engenharia Civil- LNEC, Lisboa, Portugal, marluci@lneec.pt

RESUMO: Considerando-se que as principais componentes do valor cultural são sobretudo de âmbito cognitivo, formal, afetivo, pragmático e ético, e que estas componentes não estão isoladas, são interdependentes e agrupam-se de diferentes formas na produção de combinações e recombinações, sobreposições, hierarquias, transformações e conflitos, discute-se o interesse de uma perspectiva multidimensional e dinâmica de abordagem do valor cultural no âmbito dos processos de patrimonialização.

PALAVRAS-CHAVE: conservação, património, valor, multidimensional, dinâmica social

NOTA DE INTRODUÇÃO

Inventariar, classificar e intervir no património cultural são ações complexas e que exigem um trabalho dedicado, rigoroso e criterioso. Isto porque, estas ações tratam de uma matéria-prima delicada: “os significados, os valores, a consciência, as aspirações e desejos – que fazem de nós, precisamente, seres humanos” [1]. Dir-se-ia, assim, que essa delicada matéria que é o património lida constantemente com o problema do valor cultural. Em conformidade com Ulpiano Meneses [1], as principais componentes do valor cultural são, de âmbito cognitivo, formal, afetivo, pragmático e ético. O autor ainda observa que estas componentes não estão isoladas, são interdependentes e agrupam-se de diferentes formas na produção de combinações e recombinações, sobreposições, hierarquias, transformações e conflitos.

Mas, como e quem define o que é valor cultural?

Propõe-se discutir alguns aspectos do problema do valor cultural no âmbito dos processos de patrimonialização. Para o efeito, defende-se o interesse em compreender o processo de formação de valor a partir da dinâmica social e como um processo que lida com um espectro multidimensional de referências, sentidos e significados. Parte-se do princípio de que o reconhecimento da multidimensionalidade e da dinâmica do processo de constituição de valor são fundamentais não só para a fundamentação de critérios de patrimonialização, mas também para a conservação do património cultural. O que, em outra perspectiva, releva o interesse em trabalhar-se a relação valor, património e cidadania.



VALOR CULTURAL: ENTRE MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE

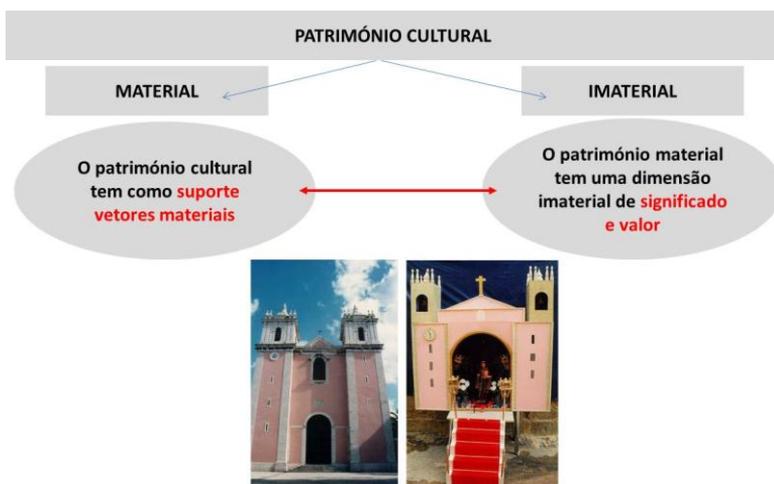
Um primeiro aspecto que importa considerar é que a problemática do valor cultural está intimamente associada com a relação entre materialidade e imaterialidade (ver Fig. 1). José Duarte C. Jorge chama, inclusive, a atenção para o facto de que “se há algo que define o património enquanto herança cultural e que é comum a todas as suas acepções contemporâneas, esse algo é a imaterialidade” [2].

Ainda nesta mesma ótica, Ulpiano Meneses [1] refere:

(...) Falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significado intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas da sua natureza material, são seletivamente mobilizadas pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc. (...) – e, em suma, seus valores. Só o fetiche (feitiço) tem em si, por sua autonomia, sua significação. Fora dele, a matriz desses sentidos, significações e valores não está nas coisas em si, mas nas práticas sociais. Por isso, atuar no campo do património cultural é se defrontar, antes de mais nada, com a problemática do valor, que ecoa enquanto esfera do campo”.

As principais componentes do valor cultural de que fala Ulpiano Meneses [1] são relativas aos seguintes valores: cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos (ver Quadro 1). Todavia, estas componentes do valor não estão isoladas, já que são interdependentes e agrupam-se de diferentes formas na produção de combinações e recombinações, sobreposições, hierarquias, transformações e conflitos [1].

Figura 1. Materialidade e imaterialidade do património cultural





DE VIOLLET-LE-DUC À CARTA DE VENEZA
TEORIA E PRÁTICA DO RESTAURO NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

DE VIOLLET-LE-DUC A LA CARTA DE VENECIA
TEORÍA Y PRÁCTICA DE LA RESTAURACIÓN EN EL ESPACIO IBEROAMERICANO

ARTIS INSTITUTO DE ESTUDIOS DE ARTE
E HISTÓRIA DE LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

INEC LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL

CONGRESSO LISBOA | LNEC 20-21 NOVEMBRO 2014

Ulpiano Meneses refere-se ainda a uma outra questão central na problemática do valor: o sentido de oposição a que, muitas vezes, é remetida a relação entre valor cultural e valor económico (tomado como valor de troca). Ambos os valores, todavia, não são necessariamente antagónicos, já que no bem económico existe uma dimensão cultural e vice e versa. O antagonismo existe quando defronte de uma lógica cultural onde predomina um sentido de finalidade – em que “a produção de sentido e da comunicação é que constitui prioridade” –, enquanto por outro lado, a lógica de mercado “tende a instrumentalizar a cultura, na obtenção de lucro” [1].



Quadro 1. Componentes do valor cultural

VALORES	CARACÉTRÍSTICAS PRINCIPAIS
Cognitivos	É um valor de “fruição intelectual”, já que remete para uma conjuntura em que um dado objeto proporciona condições de conhecimento ou se estabelece como campo aberto com relevância para o conhecimento. “Por seu intermédio pode-se conhecer o conceito de espaço que organizou o edifício, seus materiais e técnicas, seu padrão estilístico (...)”. Nesta perspectiva, o bem é abordado como um documento, “ao qual se dirigem questões para obter, como resposta, informação de múltipla natureza”.
Formais ou Estéticos	Relacionado com a experiência sensorial proporcionada pelo contato com o bem patrimonial e que não propriamente respeita a relação com o objeto enquanto documento. Esta experiência é considerada como a “ponte fundamental que os sentidos fornecem para nos possibilitar sair de dentro de nós, construir e intercambiar significados para agir sobre o mundo”. Tal não necessariamente respeita aos estilos em si, mas sim aos atributos presentes nos objetos que, ao aticar a percepção, induzem a uma apreensão mais aprofundada e capaz de produzir e transmitir lógicas mais amplas de sentido. “Isto não coincide com estilos, embora atributos formais dos estilos possam, precisamente, aguçar a minha percepção, qualificando-a”.
Afetivos	Respeita a memória. Ainda que usualmente se costume associar a memória ao valor histórico, a memória, na verdade, é um valor afetivo. Isto é, ao conceber-se a história como a produção crítica de conhecimento, isto significa que aqui está-se no campo dos valores cognitivos. No entanto, os vínculos subjetivos e simbólicos estabelecidos com certos bens associam-se à memória, e estão relacionados com a “formulação de autoimagem e reforço de identidade”, assim respeitando ao campo dos valores afetivos.
Pragmáticos	Considerados como os “valores de uso percebidos como qualidade”, ou seja, quando as condições disponíveis de uso de um determinado bem viabilizam a qualificação de uma prática social.
Éticos	São os valores relacionados com as interações sociais em que os bens “são apropriados e postos a funcionar, tendo por referência o lugar do outro”. Remetem para a forma como as questões da diferença e da diversidade cultural são conduzidas.

Fonte: Meneses, 2012: 35-38 [1]

RECONHECIMENTO SOCIAL, VALOR CULTURAL E PATRIMONIALIZAÇÃO

Na Convenção de Faro [3] e que trata do valor do património cultural para a sociedade, são indicados dois aspectos que, por agora, interessa referir. Um deles é a definição de comunidade patrimonial e que remete para um entendimento de que esta comunidade “é composta por pessoas que valorizam determinados aspectos do património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras” (cf. alínea b, do Art. 2º). Um outro aspecto que é de destacar refere-se ao Artigo 12º – sobre o Acesso ao património cultural e participação democrática – nomeadamente a alínea que refere o interesse em “tomar em consideração o valor atribuído ao património cultural com o qual se identificam as diferentes comunidades patrimoniais” (cf. alínea b, do Art. 12.º).



DE VIOLLET-LE-DUC À CARTA DE VENEZA TEORIA E PRÁTICA DO RESTAURO NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

DE VIOLLET-LE-DUC A LA CARTA DE VENECIA TEORÍA Y PRÁCTICA DE LA RESTAURACIÓN EN EL ESPACIO IBEROAMERICANO

ARTIS
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO EM ARQUITECTURA
E HISTÓRIA DE VISEU
UNIVERSIDADE DE VISEU

INEC
LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL

CONGRESSO LISBOA | LNEC 20-21 NOVEMBRO 2014

Conforme salientado pela Convenção de Faro [3] é relevante o papel de uma comunidade patrimonial no processo de valorização dos bens culturais. O que, em outras palavras, realça o facto de que o reconhecimento do valor cultural associado ao património não é somente uma questão científico-técnica, já que sobretudo é uma atividade socio-simbólica intimamente associada a um sistema de valores, entretanto reflexo de uma relação espaço-tempo específica, refletindo não só uma sociedade e um contexto particular, mas também um processo que permite articular memória e pertencimento. Como bem nos lembra José C. Magnani [4]:

“Cada um dos termos empregados para qualificar o património – arquitetónico, histórico, cultural, imaterial – empresta-lhe uma conotação diferente; no entanto, há um elemento comum que perpassa todos: é o reconhecimento de que, em algum grau, constroem um sentido de pertencimento. Um «bem cultural» só faz parte, legitimamente, de determinado acervo (estando sujeito, portanto, a medidas oficiais de proteção) porque antes foi transformado pelos próprios atores em ponto de referência, ou seja, carregado de carga simbólica para eles.”

O reconhecimento social de determinados bens culturais, ou melhor dizendo, a referência simbólica a que estes mesmos bens passam a estar associados e, como tal, passam a ser valorizados, permite considerar que as coisas materiais são muito mais do que a mera alusão da existência de significados intrínsecos a si próprios. Isto é, as propriedades que respeitam a natureza material dos bens culturais “são seletivamente mobilizadas pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc. – e, em suma, seus valores” [1]. Não são as coisas em si que têm significados, sentidos e valores. Isto porque são as práticas sociais que permitem a atribuição de significados, sentidos e valores aos bens. Um outro aspecto intimamente relacionado com a problemática do valor é a sua dinâmica, ou seja, os valores culturais não são estáticos, para além de se referirem aos aspectos intangíveis da experiência social.

Segundo Jukka Jokilehto [5], o sentido contemporâneo assumido pela prática da conservação do património tem enfatizado um processo reflexivo, já que a definição e a intervenção no património cultural lida não só com valores diferentes como conflitantes, o que, por outro lado, implica considerar mais de um critério de atuação. É ainda sabido que na compreensão dos diferentes e diversificados valores que são associados ao bem patrimonial, importa primeiramente avaliar a credibilidade das informações que nos são transmitidas. Seguidamente, é fundamental compreender tais fontes de informação a partir das suas características originais e posteriores, assim como os seus significados [6]. Estes requisitos de orientação são importantes para a consolidação de um processo de intervenção assente numa reflexão crítica [7, 8]. Nomeadamente quando, no que se reporta as questões da conservação do património arquitetónico, sabe-se que os problemas complexificaram-se e ampliaram-se em decorrência da dinâmica das sociedades. O que, no âmbito das discussões sobre a conservação, permite salientar um espectro mais abrangente de abordagem. Por exemplo, de acordo com a Carta de Cracóvia [9], para manter e conservar um lugar e a sua imagem urbana, importa também considerar os significados socioculturais para além dos outros valores. Pode-se, assim, considerar que uma perspectiva dinâmica e multidimensional de compreensão dos valores culturais, permite ampliar os critérios de classificação do



património, aludindo ao interesse em compreender-se de forma mais aprofundada o processo social que dá lugar à formação do valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como salientado por Guilherme M. Araújo [10], a definição de metodologias para analisar e avaliar a complexidade dos valores envolvidos no campo do património não têm resultado como o esperado. O autor salienta ainda a tendência contemporânea para a sobrevalorização dos aspectos económicos sobre os outros, bem como o facto de que os métodos utilizados na enfatização do valor económico terem sido insuficientes, nomeadamente por não identificarem ou minimizarem os vários outros valores do património. Nesta ótica, a partir da consulta de uma literatura especializada, o autor destaca um aspecto que nos parece central para esta discussão: promover um sentido coletivo do património, isto é, o sentido de interesse público, do património cultural como um bem público. Isto reforçaria a importância em compreender-se os processos sociais que, para além de estarem na base da formação dos sentidos e significados do valor, estariam também na base dos próprios processos de conservação do património, o que viabilizaria ampliar o escopo de atuação no património aos seus diferentes e diversificados valores. Em síntese, como chama a atenção Ulpiano Meneses [1], qualquer intervenção no campo do património cultural – em qualquer que seja a esfera – implica lidar com a problemática do valor.

Como observado por Guilherme M. Araújo [10], “discutir a integração dos valores nas políticas de património, seria discutir o contínuo refinamento dos mecanismos de tomada de decisão, assim como o desenvolvimento de procedimentos de deliberação e entendimento que nos permitam tratar das dificuldades políticas e culturais que esta atividade envolve”.

Mas, mantém-se as dúvidas sobre: Como classificar e delimitar valores multidimensionais que interagem entre si, se sobrepõem, combinam-se e voltam a recombinar-se, criam hierarquias, transformam-se e criam conflitos? Que tipo de informação recolher? Como estabelecer uma relação entre valores, registos de valores e regimes de qualificação e inventariação de valores?

Partindo do princípio de que a problemática do valor e, como tal, as diferenças e diversidades dos sentidos e significados culturais atribuídos ao património, devam ser integrados nos instrumentos de patrimonialização e de conservação do património, isto significa, por um lado, também dizer que as pessoas são parte ativa do processo de valorização do património (tangível e intangível), assim como de dinamização, conservação e desenvolvimento dos lugares de património. Muito embora, se possa também dizer que as pessoas – entre outros aspectos e conjunturas – são também parte ativa das dinâmicas de vandalização e abandono do património. O que, por outro lado, significa dizer que as pessoas e as suas práticas são um elo fundamental da implementação de processos de patrimonialização e de valorização do património. Mas como gerir sistemas de valores que atribuem significados diferentes para coisas semelhantes? Uma compartilha de valores ou da gestão?



Sendo de fundamental importância trabalhar as questões relacionadas com o campo do património a partir de aspectos ligados à cidadania e aos direitos humanos, à sustentabilidade, à relação entre memória e pertencimento aos lugares de património, à relação interativa entre a materialidade e a imaterialidade do património, é também fundamental alargar determinadas premissas que orientam a atuação no campo do património a partir do aprofundar o estudo da problemática do “valor cultural”. Todavia, conforme também referido por Ulpiano Meneses [1], é central que “a orientação e eficácia do trabalho com o património cultural dependem, visceralmente, de nosso projeto de sociedade, do tipo de relações que desejamos instaurar entre os homens”.

Referências bibliográficas

- [1] MENESES, U. T. B. – *O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas*. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: Desafios, Estratégias e Experiências para uma Nova Gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, pp. 25-39. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>
- [2] JORGE, J.D. C. – *A Matéria do Patrimônio*. In *A Matéria do Patrimônio: Memórias e Identidades*. 2002, Colibri, Lisboa
- [3] CONVENÇÃO DE FARO – Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Patrimônio Cultural para a Sociedade. Faro, 2005. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1270>
- [4] MAGNANI, J.G.C. – *Cidade Universitária: Patrimônio e Identidade*. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, São Paulo, USP, 2004. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/magnani-cid-universit.html>
- [5] JOKILEHTO, J. – *A History of Architectural Conservation*. Elsevier: Burlington, 1999.
- [6] AAVV. *The Nara Document on Authenticity*, 1994. Disponível em: <http://www.international.icomos.org>
- [7] HENNING, P. – *Questões de autenticidade na era do patrimônio espectacular*. Atas do II Encontro de História da Arte, IFCH-Unicamp, Campinas, SP, 2006.
- [8] JAENEN, M. – *Safeguarding the spirit of an historic interior on the basis of the 'Naragrid'*. Proceedings of 16th General Assembly and International Scientific Symposium, Quebec, Canada, October 2008.
- [9] CARTA DE CRACÓVIA – Princípios para a Conservação e o Restauro do Patrimônio Construído, Cracóvia, 26 de outubro de 2000. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>



- [10] ARAÚJO, G. M. – Os valores do património cultural: uma contribuição teórica para as políticas de conservação. *Arquitextos*, 2012. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4387>